



# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

## AVISO DE LICITAÇÃO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2026

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)**

#### OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a aquisição de flores e brindes, destinados à utilização em eventos, campanhas e ações promovidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania. Os itens serão utilizados em atividades voltadas aos usuários atendidos pelo CRAS e inscritos no CadÚnico, bem como em eventos institucionais, como conferências e ações relacionadas às políticas públicas da mulher, da criança e adolescente, da pessoa idosa e da pessoa com deficiência. A contratação visa apoiar as ações socioassistenciais e institucionais, promovendo a inclusão social, o fortalecimento de vínculos e a participação dos usuários, em conformidade com as Leis Municipais nº 2.059/2014 e nº 2.259/2017, em atendimento a solicitação nº 134/2026 e conforme especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo I.

#### VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 14.748,50 (quatorze mil, setecentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos).

#### DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

**Recebimento das propostas:** até às **08:15 do dia 29.06.2026.**

**Início da sessão de Disputa de Preços:** **08:30 do dia 29.06.2026.**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** *Menor preço por item*

**MODO DE DISPUTA:** *Aberto*

**EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS:** *Sim*

- **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 147/2014, ART. 48, I, E NOS TERMOS DA LEI N. 123/06, ART. 3º, INCISOS I E II.**
- **AS EMPRESAS QUE NÃO FOREM/COMPROVAREM SER ENQUADRADAS ME, EPP OU MEI QUE PARTICIPAREM DA DISPUTA ESTARÃO SUJEITAS AS PENALIDADES LEGAIS.**
- **SERÁ ESTABELECIDO PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA EMPRESAS SEDIADAS LOCAL OU REGIÃO, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 28/2023 – PROGRAMA MUNICIPAL PROSPECAP.**

O Edital, com todos seus anexos, estará disponível gratuitamente nos endereços eletrônicos [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) - Código UASG: 987489 – Capitão Leônidas Marques – Pr e [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br/\(transparência/licitação\)](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br/(transparência/licitação)), ou em horário de expediente, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita à Av. Tancredo Neves, 502, Centro, também por e-mail [licitacaoclm@hotmail.com](mailto:licitacaoclm@hotmail.com).

#### ATENÇÃO

- **PREVALECERÁ** a descrição constante no **TERMO DE REFERÊNCIA** do Edital.

- Dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas no e-mail acima e/ou telefone na CPL fones: 3286-8424/8407.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 25 de maio de 2026.

\_\_\_\_\_  
Gean Carlos Barea Schneider  
*Pregoeiro*



# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

## Sumário

1.	DO OBJETO .....	03
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	03 a 05
3.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA .....	05 e 06
4.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	06
5.	ABERTURA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	06 a 08
6.	DA FASE DE JULGAMENTO .....	08 a 10
7.	DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	10 e 11
8.	DOS RECURSOS .....	11
9.	DA PROPOSTA AJUSTADA E ENVIO DE DOC. COMP. DE HABILITAÇÃO .....	11 e 12
10.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	12
11.	DO ENCAMINHANDO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL .....	12
12.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	12
13.	DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA .....	13
14.	DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO .....	13
15.	CONDIÇÕES PAGTO, REAJUSTE, REEQUILIRIO, FORNECIMENTO E FISCALIZAÇÃO .....	13
16.	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	13
17.	CONDIÇÕES DE ASSINATURA, PRAZO/VIGENCIA/RESCISÃO CONTRATUAL .....	13
18.	DAS CAUSAS DE EXTINÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO .....	14
19.	DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO.....	14
20.	DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO .....	14
21.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	14 e 15
22.	TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I) .....	16 a 25
23.	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP (Apêndice do Anexo I) .....	26 a 32
24.	MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (ANEXO II) .....	33
25.	DECLARAÇÕES UNIFICADAS (ANEXO III) .....	34
26.	DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO.....	35
27.	MINUTA DE CONTRATO (ANEXO V) .....	36 a 41



# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

## EDITAL

MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2026**

**Processo Administrativo Nº 127/2026.**

**Solicitação Nº 134/2026.**

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES**, Estado do Paraná, através do Departamento de Licitações e Contratos, por intermédio do Pregoeiro designado pelo **Decreto nº 001 de 08.01.2026**, com sede Administrativa na Av. Tancredo Neves, 502, realizará licitação, na MODALIDADE PREGÃO, na FORMA ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 385 de 11 de dezembro de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### DATA DA SESSÃO PÚBLICA

**Recebimento das propostas:** até às **08:15 do dia 29.06.2026.**

**Início da sessão de Disputa de Preços:** **08:30 do dia 29.06.2026.**

### VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 14.748,50 (quatorze mil, setecentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos).

**Observação:** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização do Pregão na data acima marcada, a data de abertura da licitação será prorrogada no Comprasnet, sendo publicado o aviso de prorrogação, no sítio eletrônico utilizado para divulgação e também no Diário Oficial do Município.

### 1.DO OBJETO

**1.1.** A presente licitação tem por objeto a aquisição de flores e brindes, destinados à utilização em eventos, campanhas e ações promovidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania. Os itens serão utilizados em atividades voltadas aos usuários atendidos pelo CRAS e inscritos no CadÚnico, bem como em eventos institucionais, como conferências e ações relacionadas às políticas públicas da mulher, da criança e adolescente, da pessoa idosa e da pessoa com deficiência. A contratação visa apoiar as ações socioassistenciais e institucionais, promovendo a inclusão social, o fortalecimento de vínculos e a participação dos usuários, em conformidade com as Leis Municipais nº 2.059/2014 e nº 2.259/2017, em atendimento a solicitação nº 134/2026 e conforme especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo I.

**1.2.** O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observada às especificações constantes do Anexo I e demais condições definidas neste Edital.

**1.3.** Na proposta deverá constar o objeto de forma integral, sob pena de desclassificação da proponente.

**1.4.** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no Compras Governamentais e as especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA do Edital**, prevalecerão as últimas.

### 2.DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**2.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SicaF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5.** É vedado a qualquer credenciado representar mais de uma empresa proponente, salvo, nos casos de representação para itens distintos.

**2.6.** A licitação será **EXCLUSIVA** para a participação de ME/EPP, nos termos da L. C. nº 123/2006 e suas alterações.



# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

2.7. Será aplicada como regra neste certame a lei complementar municipal nº 01/2009, com as alterações trazidas pela Lei Complementar Municipal nº 28/2023 que concede tratamento favorecido às Micro e Pequenas Empresas e empresários individuais sediados no município de Capitão Leônidas Marques, e, aquelas que estejam sediadas na região conhecida como “Região dos Lagos”, composta pelos municípios pertencentes ao consórcio Pro Caxias e do Baixo Iguaçu, quais sejam: Boa Esperança do Iguaçu, Boa Vista da Aparecida, Capanema, Capitão Leônidas Marques, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Nova Prata do Iguaçu, Planalto, Realeza, Salto do Lontra, São Jorge D'Oeste e Três Barras do Paraná, desde que comprovem tal condição através do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

2.7.1. **Justificativa da aplicabilidade da Lei acima citada:** Implementar a política pública denominada de “Compra Capitão”, promovendo o aumento da participação e da contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, sediada local e na região dos lagos, promovendo o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação e a tecnologia, preconizados no Art. 47 da Lei Complementar 123/2006. O que vai ao encontro com o acórdão 877/2016 do TCE/PR que definiu ser possível a aplicação da discricionariedade do município definir a região para efeito do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar 123/2006.

2.7.2. No presente certame será aplicada a **prioridade na contratação acima citada, após a fase de abertura de propostas e a realização da fase de lances**, verificando a localização da sede do vencedor da fase de lances, **conforme descrito no item 5.21 deste certame**.

2.7.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

**2.8. Não poderão disputar esta licitação:**

I - aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

II - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

III - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

IV - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

V - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

VI - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VII - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

VIII - agente público do órgão ou entidade licitante;

**IX - Pessoas jurídicas reunidas em consórcio:**

IX.1. Justifica-se a não admissão de empresas consorciadas no presente certame, considerando que não é vantajoso para a Administração Pública contratar empresas em regime de consórcio, tendo em vista que estas empresas passariam a ter responsabilidade solidária no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias, o que traria riscos para a contratação, podendo gerar graves repercussões para o cumprimento do contrato celebrado com o Município, caso tal empresa, de repente, tivesse os seus valores financeiros bloqueados pela Justiça, para fins de pagamento de dívidas. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade, haja vista a gama enorme de pessoas jurídicas do ramo, objeto da contratação, que poderão concorrer no presente certame.

X - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

XI - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

XII - O impedimento de que trata o item IV será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

XIII - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens II e III, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

XIV - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

XV - O disposto nos itens II e III, não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

XVI - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

XVII - A vedação de que trata o item VIII, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

XVIII - **Sociedades cooperativas:**





XVIII.1. Justifica-se a não admissão de empresas cooperativas no presente certame, conforme segue:

XVIII.2. Acerca das Cooperativas por sua vez atestamos que permitir a participação das mesmas representaria desrespeitar o Princípio Constitucional da Eficiência, previsto no Artigo 37 da Constituição Federal de 1988, considerando que todo e qualquer procedimento referente ao contrato, aos aditivos e pagamentos necessitariam obrigatoriamente da assinatura, e consequente anuência, de todos os cooperados dificultando, ou até impossibilitando, a célere execução do objeto pretendido.

### **3.3.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1.**Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**3.2.A presente licitação será exclusiva para a participação de ME/EPP, nos termos da L. C. nº 123/2006 e suas alterações.**

3.2.1.Será aplicada como regra neste certame a lei complementar municipal nº 01/2009, com as alterações trazidas pela Lei Complementar Municipal nº 28/2023, conforme item 2.7. deste edital.

**3.3.**Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.4.**No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1.está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2.não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3.não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4.cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.5.**O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.1.No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.5.2.Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

**3.6.**A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.7.**Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.8.**Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.9.**Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.10.**Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1.a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2.os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

**3.11.**O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1.valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

**3.12.**O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.13.**Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela



Administração ou de sua desconexão.

**3.14.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

✓ **I - Discriminação detalhada do objeto, atendendo as características arroladas, bem como Marca/Modelo (se houver);**

**I.1.** Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do Edital, prevalecerá a descrição constante no Termo de Referência/Anexo I.

**I.2. NA PROPOSTA DEVERÁ CONSTAR O OBJETO DE FORMA INTEGRAL, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPONENTE.**

✓ **II - Prazo de validade da Proposta, contados da data da abertura do Processo;**

✓ **III - Preço para fornecimento do objeto da presente licitação (unitário e total);**

✓ **IV - Prazo da entrega;**

✓ **V - Data, assinatura (s).**

**4.1.1. Lembretes importantes:**

**1º - Ao anexar sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá informar seus dados (esta será analisada após a fase de lances), porém quando for lançar sua proposta que irá para análise antecedendo a fase de lances, não poderá ter dados que identifique o licitante sob pena de desclassificação.**

**4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**4.6.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

**4.7.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**4.8.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

**4.9.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas do Paraná e da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

#### **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

**5.3.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.3.1.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**5.3.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**5.3.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**5.4.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**5.4.1.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$0,01 (um centavo)** para os itens nº 2, 3, 4 e 8; de **R\$0,02 (dois centavos)** para os itens nº 1, 5, 6 e 7; e de **R\$0,10 (dez centavos)** para os itens nº 9, 10 e 11.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a **itens não exclusivos** para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetuada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

**5.20.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.20.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. empresas brasileiras;

5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 2009.

**5.21.** Será assegurada a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local e na sequência no âmbito regional, conforme item 2.6, deste edital da seguinte forma:

5.21.1. Após terminada a fase de lances o pregoeiro verificará se a(s) ME/EPP(s) vencedora(s) do(s) item(ns)/lote(s) está(ão) sediada(s):

a) no âmbito local, conforme inciso I, do Art. 35-A da Lei Complementar 01/2009 e alterações trazidas pela Lei 028/2023 e, caso não esteja, aplicará de forma hierarquizada a prioridade de contratação a favor da empresa sediada no âmbito regional (região dos lagos) inciso II, do Art. 35-A da referida Lei, que ofertou o menor preço, desde que o preço desta (s) esteja dentro da margem de 10% em relação ao menor preço das não enquadradas nessas condições.

b) Em não havendo empresas locais ou regionais, em quantidade mínima de 03 (três) participantes no certame, será possibilitado na sequência, a participação de Micro e pequenas empresas sediadas em qualquer região do país.

5.21.2. Após os procedimentos acima descritos, o Pregoeiro irá convocar a primeira empresa assim enquadrada, para apresentação de nova proposta, inferior à melhor classificada, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito, passando à segunda empresa enquadrada na mesma condição para possibilitar a mesma oportunidade. Caso ofereça proposta inferior à melhor classificada, passará à condição de primeira classificada do certame;

5.21.3. Em caso de dúvidas ou controvérsias, que não estejam especificados nos itens acima (5.21 até 5.21.2) serão observados os critérios determinados pelas leis pertinentes e aplicáveis.

**5.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.2.1. Durante a fase de negociação, o licitante deverá participar efetivamente, lembrando da importância de suas respostas via chat, quando solicitadas, visto que, caso não se manifeste após dar lances para o referido item, nada poderá pleitear a seu favor, e, considerando também que devido ao seu lance, assim considerado último, foi interrompida/impedida a sequência de lances pelos demais participantes, que poderia incorrer em proposta mais vantajosa para a administração.

5.22.2.2. O tempo para manifestação no chat, e/ou intenção de propor novo valor, será de no máximo 05 (cinco) minutos da convocação.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**5.23.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

**6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta





# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

aos seguintes cadastros:

a) Sicaf;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**6.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429 de 1992, com a redação dada pela Lei nº 14230 de 2021.

**6.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3, de 2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3, de 2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3, de 2018, art. 29, §2º)

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**6.4.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**6.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.6. e 3.5 deste edital.

**6.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN Seges nº 73, de 2022.

**6.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.8.** No caso de bens e serviços em geral, o indício de inexequibilidade das propostas só será considerado após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**6.9.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9.1. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.9.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**6.9.3. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.**

6.9.3.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

6.9.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.9.5. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9.6. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

**6.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.**

6.10.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.10.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.10.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.



6.10.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 7.DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1.Os documentos previstos no **Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, **serão exigidos para fins de habilitação**, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1.A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

7.1.1.1. Solicitamos que seja anexada a documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, embora conste do SICAF, para efeitos de celeridade ao processo, visto que são de suma importância quando da digitalização e importação para o portal da transparência.

7.2.Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1.Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3.Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.4.Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

7.5.Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, conforme modelo, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.6.Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7.O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8.A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1.Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3, de 2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.9.É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3, de 2018, art. 7º, caput).

7.10.A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1.Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.11.A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1.Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73, de 2022, art. 39, §4º):

7.12.1.complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2.atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.13.Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14.Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim



# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

**7.15.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**7.16.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação. (art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015)

## 8.DOS RECURSOS

**8.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**8.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**8.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**8.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**8.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**8.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**8.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, que deverão solicitar por meio do endereço eletrônico: [licitacao recursos@clm.pr.gov.br](mailto:licitacao recursos@clm.pr.gov.br).

## 9.DA PROPOSTA AJUSTADA E ENVIO DE DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE HABILITAÇÃO

**9.1.** Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro convocará o licitante detentor da melhor oferta, item a item ou um item por licitante, para que este anexe no sistema COMPRASNET, a **PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA**, em conformidade com o último lance ofertado, **no prazo máximo de 02 (duas) horas a contar da solicitação**. Para tanto, o pregoeiro fará uso de a ferramenta “CONVOCAR ANEXO”, devendo o licitante anexar o documento utilizando o link “ANEXAR” disponível apenas para o licitante/vencedor.

9.1.1. Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, **dentro do prazo estipulado**, via chat ou e-mail, prorrogação do mesmo.

9.1.2. Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da proposta ajustada por meio dos e-mails: [licitacao@clm.pr.gov.br](mailto:licitacao@clm.pr.gov.br) e/ou [compras@clm.pr.gov.br](mailto:compras@clm.pr.gov.br). Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo (45-3286-8407). O pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Capitão Leônidas Marques - Pr quanto do emissor.

9.1.3. A proposta deverá conter, além dos dados da proponente (CNPJ, inscrição estadual, endereço completo, telefone p/ contato, e-mail, conta corrente jurídica), as seguintes informações:

- ✓ **I - Discriminação detalhada do objeto, atendendo as características arroladas, bem como Marca/Modelo(se houver);**
  - ✓ **I.1. Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do TERMO DE REFERÊNCIA do Edital, prevalecerá a descrição constante no Termo de Referência/Anexo I.**
- ✓ **II - Preço unitário e total, READEQUADO AO ÚLTIMO LANCE, com até duas casas decimais (0,00).**
- ✓ **III - Prazo de fornecimento;**
- ✓ **IV - Prazo de validade da proposta;**
- ✓ **V - Data e assinatura (s).**

9.1.4. O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), **com até duas casas decimais (0,00).**

**9.2.** A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de 02 (duas) horas, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço, sendo realizado, pelo pregoeiro, o registro da não aceitação



# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

da proposta.

**9.3.** O Município de Capitão Leônidas Marques poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá ser modificada.

**9.4.** Havendo a necessidade de envio de **documentos de habilitação complementares**, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

**9.5.** É facultado o pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.**

## 10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**10.1.** O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou obrigações diretas ou indiretas decorrentes do edital e seus anexos poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas nos artigos 155, 156 e 162 da Lei Federal nº 14.133/2021 ao Licitante/Contratado, conforme detalhadas no Termo de Referência/Anexo I deste edital.

## 11. DO ENCAMINHANDO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL

**11.1.** A documentação de habilitação, constante no termo de referência, **caso solicitada pelo pregoeiro**, deverá ser encaminhada em original ou cópias autenticadas, e a proposta original, deverão ser apresentadas no **prazo máximo de 02 (dois) dias úteis**, contados da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no seguinte endereço: Prefeitura Municipal, Av. Tancredo Neves, 502, Centro, Capitão Leônidas Marques-PR, aos cuidados do Departamento de Licitações e Contratos. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano do Pregão Eletrônico.

**11.2.** Também será aceito o envio por e-mail, nos seguintes endereços: [licitacao@clm.pr.gov.br](mailto:licitacao@clm.pr.gov.br) e/ou [compras@clm.pr.gov.br](mailto:compras@clm.pr.gov.br). Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo (45-3286-8407). O pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Capitão Leônidas Marques - Pr quanto do emissor.

**11.3.** Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.

**11.4.** Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

**11.5.** Os documentos apresentados, **não deverão ser fotocopiados na forma frente e verso, preferencialmente**, tendo em vista que o processo será digitalizado posteriormente na íntegra, para disponibilização no Portal da Transparência.

## 12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

**12.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**12.2.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo endereço eletrônico: [compras@clm.pr.gov.br](mailto:compras@clm.pr.gov.br) E/OU [licitacao@recursos@clm.pr.gov.br](mailto:licitacao@recursos@clm.pr.gov.br).

**12.2.1.** As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao pregoeiro e protocolizadas em dias úteis, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30, na Av. Tancredo Neves, 502, Centro, Setor de protocolo, Capitão Leônidas Marques-PR, ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: [licitacao@recursos@clm.pr.gov.br](mailto:licitacao@recursos@clm.pr.gov.br)

**12.2.1.1.** A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

**12.2.2.** Caberá ao Pregoeiro, ao agente de contratação, auxiliados pela equipe de apoio e comissão de contratação, e demais responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

**12.2.3.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**12.3.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**12.3.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**12.4.** Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste PREGÃO.





### **13.DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

#### **13.1.A sessão pública poderá ser reaberta:**

13.1.1.Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2.Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

#### **13.2.Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.**

13.2.1.A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2.A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

### **14.DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**14.1.**O pregoeiro, caso não haja recurso ao julgamento do certame, adjudicará o objeto à licitante vencedora cuja proposta for considerada mais vantajosa à administração pública.

**14.2.**Concluídos os trabalhos, o pregoeiro encaminhará o processo, devidamente instruído, à apreciação da Autoridade Competente, para expedição e publicação do ato homologatório.

**14.3.**Após decididos os recursos, quando houver, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao vencedor do certame e, em consequência, homologará a presente licitação.

### **15.CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REEQUILÍRIO DE PREÇOS, FORMA DO FORNECIMENTO E FISCALIZAÇÃO**

**15.1.**Estão descritas no Termo de Referência/Anexo I deste edital.

### **16.DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**16.1.**As despesas decorrentes da adjudicação do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal:

\* 437 – 10.003.08.245.1031.2188.3.3.90.32.00;

\* 443 – 10.004.08.241.1032.2194.3.3.90.32.00.

### **17.DAS CONDIÇÕES DE ASSINATURA, PRAZO/VIGENCIA DO CONTRATO E RESCISÃO CONTRATUAL**

**17.1.**As obrigações decorrentes deste PREGÃO consubstanciar-se-ão no TERMO DE CONTRATO, cuja minuta consta como anexo V deste edital.

17.1.1.Decorridos 60 (sessenta) dias consecutivos da data da apresentação das propostas, sem a comunicação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**17.2.**O Contrato Administrativo poderá ser encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo à Contratada a impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias, providenciando a devolução de uma via, contendo assinatura eletrônica válida ou o documento original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, em até 05 (cinco) dias úteis, após atestado/acusado o seu recebimento.

17.2.1. O prazo para assinatura e devolução do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que o pedido seja formulado pelo adjudicatário dentro do prazo original e devidamente justificado, ficando sua aceitação sujeita à análise da Administração.

17.2.2. A ausência de assinatura e devolução do contrato dentro do prazo estabelecido, sem motivo devidamente justificado e aceito pela Administração, poderá caracterizar recusa injustificada em contratar, ensejando aplicação das penalidades previstas no art. 155.

**17.3.**A via do instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada no portal de transparência, na forma de item antecedente, ou para retirada na prefeitura municipal a partir do 05 (cinco) dias após o protocolo de entrega das vias originais previstas no item anterior.

**17.4.**Para a assinatura do contrato, está deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante apresentação do contrato social e procuração, na hipótese de nomeação de procurador, e cédula de identidade do representante.

**17.5.**A contratação objeto desta licitação será vigente por até 12 (doze) meses a partir da data do Termo Contratual.

**17.6.**Eventual prorrogação de vigência será formalizada através de Termo de Aditivo Contratual, respeitadas as condições prescritas em lei.



## **18.DAS CAUSAS DE EXTINÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO**

**18.1.**Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no Art. 137 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

## **19.DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

**19.1.**Fica assegurado ao Município de Capitão Leônidas Marques, o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

**19.2.**A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

**19.3.**Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

**19.4.**A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

**19.5.**A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

**19.6.**Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

**19.7.**A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**19.8.**A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques - Pr.

## **20.DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

**20.1.**Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

### **20.2.Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:**

a)"prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b)"prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c)"prática conluída": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d)"prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e)"prática obstrutiva": (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (II) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

## **21.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**21.1.**Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**21.2.**Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**21.3.**Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**21.4.**A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**21.5.**As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**21.6.**Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**21.7.**Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**21.8.**O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

21.9.Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.

21.10.O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico [compras@clm.pr.gov.br](mailto:compras@clm.pr.gov.br).

21.11.Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

<b>ANEXO I</b>	Termo de Referência
<b>APENDICE DO ANEXO I</b>	Estudo Técnico Preliminar
<b>ANEXO II</b>	Modelo Padrão de Proposta Comercial
<b>ANEXO III</b>	Modelo de Declarações Unificadas
<b>ANEXO IV</b>	Modelo Identificação do Licitante/Declaração de dados para assinaturas
<b>ANEXO V</b>	Minuta do Contrato

Capitão Leônidas Marques - Pr, 25 de maio de 2026.

---

**GEAN CARLOS BAREA SCHNEIDER**

Pregoeiro



# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA





**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2026**

**Processo Administrativo Nº 127/2026.**

**Solicitação Nº 134/2026.**

#### 1. APRESENTAÇÃO

**1.1.** As especificações abordadas neste documento têm por objeto a aquisição de flores e brindes, destinados à utilização em eventos, campanhas e ações promovidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania. Os itens serão utilizados em atividades voltadas aos usuários atendidos pelo CRAS e inscritos no CadÚnico, bem como em eventos institucionais, como conferências e ações relacionadas às políticas públicas da mulher, da criança e adolescente, da pessoa idosa e da pessoa com deficiência. A contratação visa apoiar as ações socioassistenciais e institucionais, promovendo a inclusão social, o fortalecimento de vínculos e a participação dos usuários, em conformidade com as Leis Municipais nº 2.059/2014 e nº 2.259/2017, em atendimento a solicitação nº 134/2026 e conforme especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante neste Termo de Referência.

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	200 Unidades	Blocos Anotações Capa Personalizada 15x21 Cm. Com no mínimo 30 Folhas. Escolha da Personalização conforme solicitação de fornecimento. 	R\$ 9,26	R\$ 1.852,00
02	200 Unidades	Botton ou broche personalizado, confeccionado em alumínio, com sistema de fixação tipo alfinete ou similar. A imagem deverá ser impressa em papel fotográfico, protegida por película plástica transparente, garantindo durabilidade. Personalização conforme arte gráfica definida pela contratante, a ser executada pela empresa contratada. 	R\$ 4,97	R\$ 994,00
03	200 unidades	Caneta esferográfica personalizada - confeccionada em material plástico ou similar, tinta azul ou preta, com comprimento aproximado de 14 cm e diâmetro aproximado de 9 mm. Personalização conforme arte gráfica a ser definida pela contratante, aplicada por meio de impressão ou gravação compatível com o material do produto. 	R\$ 4,77	R\$ 954,00
04	200 unidades	Chaveiro personalizado, confeccionado em metal, formato redondo, com diâmetro aproximado de 4,5 cm, modelo resinado, contendo duas faces personalizáveis. Acompanha corrente metálica e argola para fixação. Personalização conforme arte gráfica a ser fornecida pela contratante. 	R\$ 4,02	R\$ 804,00
05	150 unidades	Copo personalizado tipo twister, confeccionado em acrílico, na cor transparente ou similar, com tampa e canudo, capacidade aproximada de 500 ml. Personalização conforme modelo e arte gráfica a serem fornecidos ou aprovados pela contratante.	R\$ 7,98	R\$ 1.197,00








# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

				
06	50 unidades	<p>Ecobag personalizada. Tipo: sacola ecológica reutilizável (ecobag) Material: tecido TNT. Dimensões aproximadas: 30 cm x 38 cm (ou equivalente), gramatura mínima: 60g/m², com base reforçada para acomodar objetos Alças: costuradas, resistentes e de comprimento adequado para transporte manual ou sobre ombro, acabamento feito por soldagem ultrassônica Dobrável: permitir fácil armazenamento e transporte quando não estiver em uso. Cor predominante: neutra (preta, branca, azul marinho, rosa bebê ou similar) Personalização: aplicação de logomarca ou identificação institucional em uma cor, em área visível da frente da ecobag Acabamento: costuras reforçadas, sem rebarbas ou falhas Higienização: superfície lavável com pano úmido ou lavagem rápida Acondicionamento: embalagem individual ou em conjuntos, protegida contra sujeira e deformações.</p> 	R\$ 6,64	R\$ 332,00
07	150 unidades	<p>Garrafinha de plástico Squeeze Personalizado: fabricado em plástico PE (polietileno) ou injetado em PP resistente; Capacidade aproximada de 500 ml; Tampa de bico rosqueável; Cores diversas, a combinar na ordem de compra; Personalização: estampa em Sublimação - frente e verso colorido, com cores vivas; Impressão/personalização em no mínimo 4 cores medindo 10x6cm (imagem, logo, frase). A arte para personalização será fornecida pela contratante. A garrafa deverá ser acondicionada em embalagem individual.</p> 	R\$ 8,26	R\$ 1.239,00
08	500 unidades	<p>Lixeiro de carro TNT Lixocar Tipo: lixeira pequena para automóveis, confeccionada em tecido (TNT ou material sintético equivalente), fixável em câmbio, painel ou porta-luvas Material: TNT ou tecido equivalente, resistente e lavável, com estrutura firme que permita abertura adequada para depósito de resíduos Capacidade: aproximadamente 0,5 a 1 litro Formato: compacto e funcional, permitindo fácil encaixe e acesso Dimensões: 17 cm X 26 cm ou equivalente Fixação: sistema de alça que assegure estabilidade durante o uso Cor predominante: (preta, azul marinho, rosa bebe, amarelo) Higienização: lavável, podendo ser limpo com pano úmido ou lavagem rápida, resistente à sujeira cotidiana de veículos Ergonomia: abertura de fácil acesso, não interferindo na condução do veículo. Personalização: aplicação de logomarca ou identificação institucional em uma cor, em área visível do corpo do lixocar Acondicionamento: embalagem individual, protegida contra sujeira e danos durante transporte Garantia mínima: 6 meses</p>	R\$ 1,57	R\$ 785,00



# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

				
09	50 unidades	<p>Mini Necessaire Nécessaire Simples Personalizado confeccionado em nylon medindo 12,5 x 22 cm. Contém bolso com fechamento através de zíper, forro de poliéster e alça lateral. Eficiente e prática, a escolha perfeita para facilitar o dia a dia dos seus clientes e colaboradores! Confira nossa linha completa de necessários personalizados e brindes promocionais. Cor a ser escolhida. (Conferência dos direitos das Mulheres)</p> 	R\$ 23,61	R\$ 1.180,50
10	100 unidades	<p>Flor individual destinada a homenagens, devendo ser composta por espécime natural, tais como: rosa-do-deserto. A flor deverá ser entregue vasos de plástico, embaladas individualmente, com acabamento em papel celofane ou material similar, em condições adequadas de conservação mudas de no mínimo 15cm sem contar o vaso.</p> 	R\$ 35,00	R\$ 3.500,00
11	100 unidades	<p>Flor individual destinada a homenagens, devendo ser composta por espécime natural, tais como: calandivas, calanchoes. A flor deverá ser entregue vasos de plástico, embaladas individualmente, com acabamento em papel celofane ou material similar, em condições adequadas de conservação mudas de no mínimo 15cm sem contar o vaso.</p> 	R\$ 19,11	R\$ 1.911,00
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO:</b>				<b>R\$ 14.748,50</b>

**1.2.TOTAL MÁXIMO DO CERTAME:** R\$ 14.748,50 (quatorze mil, setecentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos).

**OBS.:**

🚩 Caso haja dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas por e-mail [licitacao@clm.pr.gov.br](mailto:licitacao@clm.pr.gov.br) e/ou telefone na CPL fones: 3286-8407.

🚩 Os valores constantes deste anexo, para os preços unitários, são os preços máximos por produto que serão admitidos nesta licitação.

🚩 Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do Edital, **PREVALECERÁ** a descrição constante no TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.

🚩 Será efetuada a análise respeitada a ordem de classificação.



## **Poderá ser solicitada amostra nos termos do item 6.10 do edital.**

O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$0,01(um centavo)** para os itens nº 2, 3, 4 e 8; de **R\$0,02(dois centavos)** para os itens nº 1, 5, 6 e 7; e de **R\$0,10(dez centavos)** para os itens nº 9, 10 e 11.

## **NA PROPOSTA DEVERÁ CONSTAR O OBJETO DE FORMA INTEGRAL, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPONENTE.**

Os itens (brindes personalizados e flores) deverão ser fornecidos devidamente acondicionados em embalagens adequadas, resistentes e compatíveis com sua natureza, de modo a garantir a integridade, qualidade e conservação durante o transporte e até o momento da entrega. As flores deverão ser protegidas de forma a preservar seu frescor, aparência e condições de uso imediato.

Os itens a serem adquiridos deverão atender rigorosamente às especificações técnicas, quantitativos e padrões de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência, não sendo aceitos produtos com avarias, defeitos, baixa qualidade ou em desacordo com as características exigidas, especialmente quanto à personalização definida pela contratante.

## **2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A presente contratação justifica-se pela necessidade de aquisição de flores e brindes personalizados destinados à utilização em eventos, campanhas e ações socioassistenciais e institucionais promovidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, no âmbito das políticas públicas desenvolvidas no Município.

**2.2.** As ações realizadas pela Secretaria, especialmente por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), incluem atividades coletivas, campanhas de conscientização, encontros socioeducativos e conferências municipais, voltadas à população em geral e, em especial, aos usuários em situação de vulnerabilidade social inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

**2.3.** Nesse contexto, os brindes personalizados (tais como blocos de anotações, canetas, ecobags, squeezes, entre outros) constituem instrumentos de apoio às ações desenvolvidas, com caráter institucional, educativo e de utilidade, contribuindo para a divulgação de campanhas públicas, o fortalecimento da identidade institucional e o incentivo à participação da população.

**2.4.** Os itens adquiridos possuem utilidade prática no cotidiano dos participantes, o que potencializa o alcance das ações públicas e favorece a fixação de conteúdos socioeducativos, ampliando a efetividade das atividades promovidas pela Secretaria.

**2.5.** As flores, por sua vez, serão utilizadas em ações de caráter simbólico e institucional, especialmente em eventos, homenagens e campanhas temáticas, contribuindo para o acolhimento, valorização dos participantes e fortalecimento do vínculo entre o poder público e a comunidade.

**2.6.** Ressalta-se que os itens a serem adquiridos possuem caráter estritamente institucional, estando vinculados às ações da política pública de assistência social e demais políticas correlatas, sendo vedada sua utilização para fins promocionais pessoais ou desvinculados do interesse público.

**2.7.** A ausência desses materiais pode comprometer a qualidade, organização e efetividade das ações desenvolvidas, especialmente no que se refere à mobilização social, participação popular e execução de eventos institucionais.

**2.8.** A contratação encontra respaldo no interesse público e nas diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), contribuindo para a promoção da cidadania, inclusão social, fortalecimento de vínculos e efetivação das políticas públicas no Município.

**2.9.** Assim, considerando que o objeto se enquadra como aquisição de bens comuns, cujas especificações podem ser objetivamente definidas, sugere-se a realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021, com critério de julgamento pelo menor preço, garantindo a competitividade, economicidade e eficiência da contratação.

## **3. PRAZO DE ENTREGA/FORMA DE FORNECIMENTO**

### **3.1. Prazo de entrega:**

**3.1.1.** Os itens (flores e brindes) deverão ser entregues no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do envio da Autorização de Fornecimento, encaminhada pela Secretaria Municipal competente por meio do e-mail oficial [licitacaoemasclm@gmail.com](mailto:licitacaoemasclm@gmail.com).

**3.1.2.** As entregas poderão ocorrer em quantidades variáveis, conforme a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, durante toda a vigência contratual.

### **3.2. Local e condições de entrega:**

**3.2.1.** Os itens deverão ser entregues no endereço indicado pela CONTRATANTE, podendo este ser previamente informado na Autorização de Fornecimento.

**a.** Os produtos deverão estar devidamente acondicionados em embalagens adequadas, resistentes e compatíveis com sua natureza, garantindo sua integridade durante o transporte.

**b.** As flores deverão ser entregues em perfeitas condições de conservação, com frescor e qualidade adequados para uso imediato, devidamente protegidas contra danos.

**c.** Os brindes deverão ser entregues em perfeito estado, sem avarias, com a devida personalização conforme especificado, sem qualquer ônus adicional à Administração.



### 3.3. Prazo para substituição de bens rejeitados:

**3.3.1.** Na hipótese de rejeição total ou parcial dos produtos entregues, a CONTRATADA deverá providenciar a substituição no prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos**, contados da comunicação formal, sem custos adicionais para a Administração.

### 3.4. Prazo de recebimento definitivo:

**3.4.1.** O recebimento definitivo do objeto ocorrerá no prazo de até **05 (cinco) dias corridos**, contados da entrega, após verificação da conformidade dos produtos com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

### 3.5. Local, horário e endereço de entrega

Secretaria de Assistência Social e Cidadania, localizado na Avenida: Travessa José Magnabosco, 486 Centro – 85790-007  
Capitão Leônidas Marques  
Horários: 8:00 às 11:30/13:30 às 17:00 horas.

## 4. ATRIBUIÇÕES GERAIS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

**4.1.** Atender a todas as solicitações de fornecimento efetuadas durante a vigência do Contrato, observados os quantitativos máximos previstos para cada item;

**4.2.** Fornecer o objeto de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com as normas legais vigentes, observando, especialmente:

**4.2.1. Pontualidade na entrega:** responsabilizar-se integralmente pela entrega dos produtos nos prazos e horários estabelecidos neste Termo de Referência, devendo eventuais atrasos ser comunicados imediatamente à CONTRATANTE, acompanhados de justificativa formal e indicação das medidas corretivas adotadas;

**4.2.2. Descarregamento adequado:** realizar o descarregamento dos itens no local designado pela CONTRATANTE, de forma eficiente e segura, assegurando a integridade das embalagens e dos produtos nelas contidos;

**4.3.** Responsabilizar-se pela boa execução, qualidade e eficiência no fornecimento do objeto contratado;

**4.4.** Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos em que se verifiquem danos decorrentes do transporte ou do fornecimento em desacordo com as especificações;

**4.5.** Providenciar a imediata correção das irregularidades ou deficiências apontadas pela CONTRATANTE quando da entrega dos produtos;

**4.6.** Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos produtos fornecidos, bem como amostras para análise da Administração, sem qualquer ônus adicional;

**4.7.** Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do Contrato;

**4.8.** Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;

**4.9.** Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, causados à Administração ou a terceiros, por seus empregados ou prepostos, decorrentes de imperícia, negligência, imprudência ou descumprimento das normas de segurança;

**4.10.** Arcar com todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratado, inclusive aquelas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista, civil ou quaisquer outros encargos e emolumentos incidentes;

**4.11.** Ainda que não seja a fabricante da matéria-prima utilizada, responder integral e solidariamente pela qualidade e idoneidade dos produtos fornecidos, obrigando-se a substituí-los, às suas expensas, no todo ou em parte, quando constatados vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da fabricação ou do transporte, inclusive mediante análise laboratorial;

**4.12.** Manter endereço eletrônico (e-mail) válido e ativo para fins de comunicação com a CONTRATANTE durante todo o período de vigência contratual, comunicando imediatamente qualquer alteração;

**4.13.** Possuir sede no Município, em razão da demanda contínua de abastecimento e do princípio da economicidade, visando à minimização dos gastos públicos, uma vez que o fornecimento por empresas sediadas em outros municípios poderia gerar custos adicionais com deslocamento;

**4.14.** Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, observando rigorosamente a legislação vigente, as exigências contratuais, as especificações técnicas e demais disposições constantes deste Termo de Referência;

**4.15.** Cumprir e fazer cumprir, quando aplicável, por seus empregados e prepostos, as normas e orientações da CONTRATANTE;

**4.16.** Acatar as determinações, orientações e observações expedidas pela fiscalização da CONTRATANTE relativas à execução do objeto;





4.17. Não transferir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, salvo nas hipóteses expressamente previstas no instrumento convocatório;

4.18. Adotar, imediatamente após o recebimento da autorização para início da execução contratual, todas as providências necessárias ao cumprimento do avençado, comunicando tempestivamente qualquer fato que possa impedir ou comprometer o fornecimento;

4.19. Assumir inteira responsabilidade por todas as obrigações sociais, fundiárias, previdenciárias, tributárias ou de qualquer outra natureza, que decorram direta ou indiretamente do fornecimento do objeto contratado.

## 5. ATRIBUIÇÕES GERAIS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

5.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do fornecimento e/ou da prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, registrando em documento próprio eventuais falhas identificadas e determinando a adoção das medidas corretivas necessárias;

5.2. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e no Contrato;

5.3. Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com as condições, prazos e forma de pagamento estipulados no instrumento convocatório e no Contrato;

5.4. Zelar para que, durante toda a vigência do Contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

5.5. Aplicar as sanções administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente, do Edital e do Contrato, quando constatadas irregularidades;

5.6. Prestar à Contratada as informações e os esclarecimentos necessários à adequada execução do objeto, sempre que solicitados;

5.7. Cumprir e fazer cumprir as demais condições, obrigações e disposições constantes do Edital de licitação, do Termo de Referência e do Contrato.

## 6. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

6.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a partir da data do contrato com base no Capítulo V da Lei nº 14.133/2021.

6.2. Eventual prorrogação de vigência será formalizada através de Termo de Aditivo Contratual, respeitadas as condições prescritas em lei.

6.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## 7. DO CRITÉRIO DE REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

7.1. Durante a vigência do Contrato, os valores registrados não serão reajustados.

7.1.1. Somente poderá haver reajuste após 12 (doze) meses da assinatura do contrato e/ou do último ajuste;

7.1.2. No caso de haver prorrogação de prazo, após doze meses, o reajuste poderá ser efetuado de acordo com as variações do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

7.1.3. Compete a Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pela Contratante, juntando-se o respectivo memorial de cálculo do reajuste.

7.1.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, e que possa ser aplicado ao objeto.

7.2. Para o restabelecimento da equação, deve a Contratada DEMONSTRAR a ocorrência das hipóteses que condicionam o pedido de ajuste, mediante protocolo, acompanhado de documentação idônea.

7.2.1. Não será liberado reequilíbrio econômico financeiro decorrentes de inflação, que não configurem área econômica extraordinária, **tampouco fato previsível**.

7.2.2. Os pedidos de reequilíbrio econômico financeiro de valores deverão ser encaminhados no e-mail [compras@clm.pr.gov.br](mailto:compras@clm.pr.gov.br).

7.2.3. Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

## 8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

**8.2.**A Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania irá acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e as obrigações da contratada, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato.

**8.3.**A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade no serviço prestado.

**8.4.**Fica designado como Fiscal do Contrato, Ana Paula Neves Capeleti, que irá acompanhar ou fiscalizar a execução do Contrato e as obrigações da Contratada, e poderá solicitar correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, deverão ser sanadas no prazo estipulado, sob pena de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas.

**8.5.**O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**8.6.**Durante a vigência, esta contratação terá como gestor do contrato, Paula de Borba Julião, Secretária de Assistência Social e Cidadania, à qual compete administrar todo o contrato desde a sua assinatura até o encerramento com a entrega dos serviços e devido pagamento.

**Gestor:**

Nome: Paula de Borba Julião
Cargo: Secretária de Assistência Social e Cidadania
Matrícula: 124327-1
E-mail: <a href="mailto:licitacaoemasclm@gmail.com">licitacaoemasclm@gmail.com</a>

**Fiscal:**

Nome: Ana Paula Neves Capeleti
Cargo: Agente de Administração
Matrícula: 124301-1
E-mail: <a href="mailto:licitacaoemasclm@gmail.com">licitacaoemasclm@gmail.com</a>

## 9.DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, COMPENSAÇÃO E PENALIZAÇÃO

**9.1.**O Município de Capitão Leônidas Marques-PR, se compromete a efetuar o pagamento, conforme a entrega, em até 30 (trinta) dias da apresentação de nota fiscal no Departamento de Compras Municipal, identificada com o número da licitação e do contrato de fornecimento através de depósito bancário (Conta Jurídica).

✚ A nota fiscal, deverá estar acompanhada das certidões negativas do FGTS, Trabalhista, Municipal e Federal "Unificada", devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento;

✚ A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Município de Capitão Leônidas Marques, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.208.834/0001-59, com sede no Paço Municipal Arnaldo F. Busato, situado na Av. Tancredo Neves, 502, Centro.

✚ A Contratada deverá encaminhar junto à Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta jurídica a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

✚ A nota fiscal deverá ser enviada física e por e-mail ([compras2@clm.pr.gov.br](mailto:compras2@clm.pr.gov.br)).

**9.1.1.**A Retenção do Imposto de Renda ocorrerá na fonte, conforme NATUREZA DO BEM FORNECIDO OU DO SERVIÇO PRESTADO em atendimento a L.N nº 1234/2012 e L.N 2145/2023 e demais informações e obrigações instituídas por atos normativos – RFB- Receita Federal do Brasil (Art. 4º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023);

**9.1.2.**Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir os documentos fiscais em observância as regras dispostas na Instrução Normativa nº 1.234, de 2012 e suas alterações, da Receita Federal do Brasil, destacando o valor a ser retido, a título de informação, sob pena de não aceitação do documento apresentado (Art. 3º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023);

§ 1º - Documentos fiscais que não estiverem em conformidade com disposto na Instrução Normativa nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012 e alterações, serão notificados, não ocorrendo as devidas correções, fica autorizado a retenção automática, com base nos anexos que integram a L.N 1234/2012 e alterações.

**9.1.3.**As pessoas jurídicas não sujeitas as retenções conforme artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2145/2023 e demais Instruções complementares da RFB deverão informar conforme os critérios de enquadramentos. (Art. 2º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023)

**9.1.4.**O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

**9.2.**Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituída pela Lei Complementar 123/2006, deverá apresentar cópia autenticada do "Termo de Opção pelo Simples", juntamente com a nota fiscal ou fatura. Não sendo optante, será efetuada a retenção na forma da Instrução Normativa IN RFB nº 1.234/2012 (e suas alterações, incluindo a IN RFB nº 2.145/2023).

**9.3.**Havendo atraso de pagamento dos créditos resultantes da prestação dos serviços, será acrescido ao valor da respectiva Nota Fiscal, o equivalente 0,1% (zero um por cento) por dia útil de atraso.



## 10.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**10.1.**A recusa do adjudicatário em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido no instrumento convocatório, bem como, o atraso na entrega do produto, caracterizará o descumprimento da obrigação assumida e permitirá, de conformidade com a legislação em vigor a aplicação das seguintes sanções pela Administração Municipal, garantido a prévia defesa:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Município de Capitão Leônidas Marques;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

**10.1.1.**A multa prevista acima será de 20% (vinte por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

**10.1.2.**Quanto à suspensão temporária ou impedimento de licitar previsto acima será a seguinte: - A sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**10.1.3.**A Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar acima será a seguinte: - A sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 156 da referida lei, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

## 11.DA HABILITAÇÃO

**11.1.**Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

### 11.1.1.SICAF.

**11.1.2.**Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

**11.2.**A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429 de 1992, com a redação dada pela Lei nº 14230 de 2021, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**11.3.**Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**11.4.**No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**11.5.**A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

**11.5.1.**No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**11.5.2.**Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**11.5.3.**Em caso de sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal - SLU: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**11.5.4.**Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

**11.5.5.**No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**11.5.6.**No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

**11.5.7.**Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**11.6.**A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

**11.6.1.**Certidão negativa de Falências e Concordatas, expedida pelo(s) cartório(s) distribuidor(es) do local da sede da proponente, há menos de 90 (noventa) dias da data marcada para o recebimento dos envelopes.

**11.7.**A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:

**11.7.1.***Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;*

**11.7.2.***Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da*



*Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.*

**11.7.3.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**11.7.4.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

**11.7.5.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**11.7.6.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**11.7.7.** Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**11.7.8.** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**11.7.9.** caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.7.9.a Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.7.9.b A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**11.8.** Deverá apresentar ainda:

**11.8.1.** DECLARAÇÕES UNIFICADAS, conforme modelo. (ANEXO III);

**11.8.2.** IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE, conforme modelo. (ANEXO IV).

**11.9.** ATENÇÃO: O cadastro no SICAF, abrangente dos níveis indicados no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 abril de 2018, NÃO SUBSTITUI os documentos exigidos no item 11.8.1.

**11.9.1.** Neste caso anexar (IMPORTANTE):

**\* Comprovante de situação cadastral junto ao SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (DECLARAÇÃO-SICAF, onde constam os documentos e suas validades registrados);**

A habilitação dos Licitantes será comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral no SICAF, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

**\* DECLARAÇÕES UNIFICADAS.**

**11.10.** Solicitamos que seja anexada a documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, embora conste do SICAF, para efeitos de celeridade ao processo, visto que são de suma importância quando da digitalização e importação para o portal da transparência.

**11.11.** Na hipótese dos documentos se encontrarem vencidos no referido sistema (SICAF), o licitante convocado deverá encaminhar, juntamente com os demais, o documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvando o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

**11.12.** Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões de regularidade fiscal e trabalhista, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

**11.13.** Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pelo pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.

**11.14.** No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**11.15.** O não atendimento das exigências constantes do item 11 deste Termo de Referência implicará a inabilitação do licitante.

**11.16.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

**11.17.** Aos documentos sem validade expressa, considerar-se-á 90 (NOVENTA) DIAS da data de sua emissão.

**11.18.** Serão aceitas as certidões obtidas pela Internet, dentro do prazo de validade, sujeitando-se às verificações, caso necessário.





# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

## 11.19. Serão aceitas as certidões positivas com efeitos de negativa.

### 12. AMOSTRAS - Conforme previsto no item 6.10 do edital

#### 12.1. Abaixo a descrição de como será feita a avaliação das amostras, **QUANDO** solicitada:

1º - A licitante classificada em 1º lugar para o objeto do presente Pregão deverá apresentar 1 (uma) amostra de cada item, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da sessão e que for apurada a classificação.

2º - A análise e avaliação será realizada por profissional competente, da área específica ao objeto em consideração, e/ou comissão previamente designada através de Portaria.

3º - Caso a amostra seja reprovada, será convocado segundo colocado para entregar amostras, a qual terá o mesmo prazo a partir do envio do comunicado por e-mail ou da própria sessão se presente e, assim sucessivamente até obter amostras aprovadas.

4º - A não apresentação da(s) amostra(s) acarretará na desclassificação da empresa para o(s) respectivo(s) item(ns).

5º - As amostras deverão estar identificadas com a descrição do item, nº do item, objeto e data da licitação, número do pregão, nome da empresa e telefone. Após a entrega será emitido documento de comprovação de recebimento da amostra para o licitante. As marcas dos produtos apresentados nas amostras deverão ser as mesmas fornecidas durante a vigência do contrato.

6º - As amostras deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, sita à Av. Tancredo Neves, 502, Centro, aos cuidados do Departamento de Compras.

7º - As amostras serão analisadas quanto à qualidade do produto, especificações nos termos no edital, compatibilidade, durabilidade, verificação se o produto atende com eficácia ao fim a que se destina.

8º - A análise das amostras da(s) licitante(s) classificada(s) será realizada em até 5 (cinco) dias e será emitido laudo circunstanciado das mesmas de acordo com a situação.

9º - Caso algum produto apresentado pela(s) licitante(s) classificada(s) no certame como amostra seja reprovado, independentemente do motivo apurado no laudo técnico, não será admitida nova análise em outros produtos, em substituição ao produto reprovado, salvo culpa da administração.

10º - A amostra que obtiver aprovação e for à vencedora do item permanecerá no Departamento de Compras, até que as primeiras entregas do bem pelo licitante sejam realizadas, a fim de ser com esta comparada.

11º - As amostras rejeitadas deverão ser RETIRADAS no prazo máximo de 30 dias, contados da publicação do Contrato. Caso contrário, serão descartadas.

12º - Os licitantes serão avisados do resultado da análise das amostras através do "chat" do Comprasnet, o laudo quando emitido será disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Cap. L. Marques, no Portal da Transparência, e, será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná-AMP para ciência de todos os interessados.

### 13. CONSIDERAÇÕES

13.1. O não cumprimento dos termos deste edital, em qualquer de suas cláusulas, implica na declaração da empresa como inidônea, e lançamento na lista de impedidos de licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

13.2. É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento objeto deste edital, sem previa e expressa anuência do Contratante.



## Apêndice do Anexo I

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2026**

**Processo Administrativo Nº 127/2026.**

**Solicitação Nº 134/2026.**

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

<b>Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:</b>	005/2026
<b>ÁREA REQUISITANTE:</b>	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
<b>OBJETO:</b>	A presente solicitação tem como objeto a aquisição de flores e brindes, conforme especificações a serem detalhadas no Termo de Referência, destinados à utilização em eventos, campanhas e ações promovidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania. Os itens serão utilizados em atividades voltadas aos usuários atendidos pelo CRAS e inscritos no CadÚnico, bem como em eventos institucionais, conferências e ações relacionadas às políticas públicas da mulher, da criança e adolescente, da pessoa idosa e da pessoa com deficiência. A contratação visa apoiar a execução das ações socioassistenciais e institucionais, promovendo a inclusão social, o fortalecimento de vínculos e a participação dos usuários, em conformidade com as Leis Municipais nº 2.059/2014 e nº 2.259/2017.

#### 2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

**2.1.** A presente contratação, está contemplada no Plano Anual de Contratações publicado mediante o decreto municipal nº 474 de 29 de dezembro de 2025, desse modo encontra respaldo legal e orçamentário.

As metas e objetivos que justificam esta contratação estão devidamente previstos no Plano Plurianual (PPA) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) deste município.

#### 3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

**3.1.** A contratação decorre da necessidade de viabilizar a realização de eventos, campanhas, ações socioassistenciais e eventos institucionais promovidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, no âmbito da Proteção Social Básica do SUAS e demais políticas públicas correlatas.

**3.2.** As ações incluem atividades desenvolvidas pelo CRAS, campanhas de conscientização, encontros socioeducativos e conferências municipais relacionadas às políticas públicas da mulher, da criança e adolescente, da pessoa idosa e da pessoa com deficiência, as quais demandam suporte material para sua adequada execução.

**3.3.** A utilização de flores e brindes possui caráter institucional e socioeducativo, contribuindo para o acolhimento, valorização dos participantes e incentivo à participação da comunidade nas atividades promovidas pelo poder público.

**3.4.** Os itens serão destinados aos usuários atendidos pelo CRAS, inscritos no CadÚnico, bem como ao público participante dos eventos institucionais, observando-se os critérios previstos nas Leis Municipais nº 2.059/2014 e nº 2.259/2017.

**3.5.** Ressalta-se que a aquisição não possui caráter promocional ou benefício individual desvinculado do interesse público, estando diretamente relacionada às ações planejadas e aos objetivos institucionais da Secretaria.

**3.6.** Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para assegurar a continuidade, qualidade e efetividade das ações socioassistenciais e institucionais, promovendo inclusão social, fortalecimento de vínculos e ampliação da participação social no Município.

#### 4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO/JUSTIFICATIVA

**4.1.** Para atendimento da necessidade identificada, a empresa contratada deverá observar integralmente os requisitos técnicos, operacionais e legais necessários ao adequado fornecimento dos itens, conforme especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

**4.2.** Os produtos fornecidos deverão atender às especificações estabelecidas, especialmente quanto à qualidade, durabilidade, apresentação e condições de entrega, não sendo aceitos itens em desacordo com as características definidas.

**4.3.** As flores deverão ser entregues em perfeitas condições de conservação, com aspecto saudável e adequado para uso imediato, enquanto os brindes deverão possuir padrão mínimo de qualidade, compatível com a finalidade institucional e socioeducativa das ações promovidas pela Secretaria.

**4.4.** A entrega ocorrerá de forma parcelada, conforme demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, garantindo atendimento oportuno aos eventos, campanhas e ações programadas.

**4.5.** Considerando que o objeto consiste na aquisição de bens comuns, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, e que o critério de julgamento será o de menor preço, sugere-se a adoção da modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por representar a forma mais adequada para assegurar competitividade, economicidade, eficiência e ampla participação de fornecedores.

#### 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

**5.1.** A aquisição se dará em **Lote único** com os seguintes itens:

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	--------	-----------	----------------	-------------








# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

01	200 Unidades	<p>Blocos Anotações Capa Personalizada 15x21 Cm. Com no mínimo 30 Folhas. Escolha da Personalização conforme solicitação de fornecimento.</p> 	R\$ 9,26	R\$ 1.852,00
02	200 Unidades	<p>Botton ou broche personalizado, confeccionado em alumínio, com sistema de fixação tipo alfinete ou similar. A imagem deverá ser impressa em papel fotográfico, protegida por película plástica transparente, garantindo durabilidade. Personalização conforme arte gráfica definida pela contratante, a ser executada pela empresa contratada.</p> 	R\$ 4,97	R\$ 994,00
03	200 unidades	<p>Caneta esferográfica personalizada - confeccionada em material plástico ou similar, tinta azul ou preta, com comprimento aproximado de 14 cm e diâmetro aproximado de 9 mm. Personalização conforme arte gráfica a ser definida pela contratante, aplicada por meio de impressão ou gravação compatível com o material do produto.</p> 	R\$ 4,77	R\$ 954,00
04	200 unidades	<p>Chaveiro personalizado, confeccionado em metal, formato redondo, com diâmetro aproximado de 4,5 cm, modelo resinado, contendo duas faces personalizáveis. Acompanha corrente metálica e argola para fixação. Personalização conforme arte gráfica a ser fornecida pela contratante.</p> 	R\$ 4,02	R\$ 804,00
05	150 unidades	<p>Copo personalizado tipo twister, confeccionado em acrílico, na cor transparente ou similar, com tampa e canudo, capacidade aproximada de 500 ml. Personalização conforme modelo e arte gráfica a serem fornecidos ou aprovados pela contratante.</p> 	R\$ 7,98	R\$ 1.197,00
06	50 unidades	<p>Ecobag personalizada. Tipo: sacola ecológica reutilizável (ecobag) Material: tecido TNT. Dimensões aproximadas: 30 cm x 38 cm (ou equivalente), gramatura mínima: 60g/m², com base reforçada para acomodar objetos Alças: costuradas, resistentes e de comprimento adequado para transporte manual ou sobre ombro, acabamento feito por soldagem ultrassônica Dobrável: permitir fácil armazenamento e transporte quando não estiver em uso. Cor predominante: neutra (preta, branca, azul marinho, rosa bebê ou similar) Personalização: aplicação de</p>	R\$ 6,64	R\$ 332,00



# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

		<p>logomarca ou identificação institucional em uma cor, em área visível da frente da ecobag Acabamento: costuras reforçadas, sem rebarbas ou falhas Higienização: superfície lavável com pano úmido ou lavagem rápida Acondicionamento: embalagem individual ou em conjuntos, protegida contra sujeira e deformações.</p>		
07	150 unidades	<p>Garrafinha de plástico Squeeze Personalizado: fabricado em plástico PE (polietileno) ou injetado em PP resistente; Capacidade aproximada de 500 ml; Tampa de bico rosqueável; Cores diversas, a combinar na ordem de compra; Personalização: estampa em Sublimação - frente e verso colorido, com cores vivas; Impressão/personalização em no mínimo 4 cores medindo 10x6cm (imagem, logo, frase). A arte para personalização será fornecida pela contratante. A garrafa deverá ser acondicionada em embalagem individual.</p>	R\$ 8,26	R\$ 1.239,00
08	500 unidades	<p>Lixeiro de carro TNT Lixocar Tipo: lixeira pequena para automóveis, confeccionada em tecido (TNT ou material sintético equivalente), fixável em câmbio, painel ou porta-luvas Material: TNT ou tecido equivalente, resistente e lavável, com estrutura firme que permita abertura adequada para depósito de resíduos Capacidade: aproximadamente 0,5 a 1 litro Formato: compacto e funcional, permitindo fácil encaixe e acesso Dimensões: 17 cm X 26 cm ou equivalente Fixação: sistema de alça que assegure estabilidade durante o uso Cor predominante: (preta, azul marinho, rosa bebe, amarelo) Higienização: lavável, podendo ser limpo com pano úmido ou lavagem rápida, resistente à sujeira cotidiana de veículos Ergonomia: abertura de fácil acesso, não interferindo na condução do veículo. Personalização: aplicação de logomarca ou identificação institucional em uma cor, em área visível do corpo do lixocar Acondicionamento: embalagem individual, protegida contra sujeira e danos durante transporte Garantia mínima: 6 meses</p>	R\$ 1,57	R\$ 785,00
09	50 unidades	<p>Mini Necessaire Nécessaire Simples Personalizado confeccionado em nylon medindo 12,5 x 22 cm. Contém bolso com fechamento através de zíper, forro de poliéster e alça lateral. Eficiente e prática, a escolha perfeita para facilitar o dia a dia dos seus clientes e colaboradores! Confira nossa linha completa de necessários personalizados e brindes promocionais. Cor a ser escolhida. (Conferência dos direitos das Mulheres)</p>	R\$ 23,61	R\$ 1.180,50





# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

				
10	100 unidades	<p>Flor individual destinada a homenagens, devendo ser composta por espécime natural, tais como: rosa-do-deserto. A flor deverá ser entregue vasos de plástico, embaladas individualmente, com acabamento em papel celofane ou material similar, em condições adequadas de conservação mudas de no mínimo 15cm sem contar o vaso.</p> 	R\$ 35,00	R\$ 3.500,00
11	100 unidades	<p>Flor individual destinada a homenagens, devendo ser composta por espécime natural, tais como: calandivas, calanchoes. A flor deverá ser entregue vasos de plástico, embaladas individualmente, com acabamento em papel celofane ou material similar, em condições adequadas de conservação mudas de no mínimo 15cm sem contar o vaso.</p> 	R\$ 19,11	R\$ 1.911,00
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO:</b>				<b>R\$ 14.748,50</b>

## 6. DOS REQUISITOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS AO ATENDIMENTO DA DEMANDA.

**6.1.** Não serão aceitos produtos em desacordo com as especificações técnicas, quantitativas e qualitativas estabelecidas no Termo de Referência, devendo todos os itens atender aos padrões mínimos de qualidade exigidos.

**6.2.** A contratada deverá cumprir integralmente as obrigações legais, fiscais, trabalhistas, previdenciárias e comerciais decorrentes da execução contratual, responsabilizando-se por quaisquer ônus resultantes do fornecimento, cuja comprovação poderá ser exigida na forma prevista no edital.

**6.3.** O fornecimento dos itens deverá observar os prazos, locais e condições de entrega estabelecidos, sendo de responsabilidade exclusiva da contratada a logística, transporte e entrega, sem custos adicionais para a Administração.

**6.4.** As flores deverão ser entregues em perfeitas condições de conservação, com aspecto saudável, frescor e qualidade adequados para uso imediato nos eventos, devidamente acondicionadas para evitar danos durante o transporte.

**6.5.** Os brindes deverão possuir padrão mínimo de qualidade, estar devidamente acondicionados e, quando aplicável, embalados e identificados, garantindo sua integridade até a entrega.

**6.6.** O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, mediante solicitação formal e observados os quantitativos contratados.

## 7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**I** – Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições, prazos e critérios estabelecidos no edital, no contrato e na legislação vigente;

**II** – Proporcionar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do objeto, disponibilizando informações e promovendo os meios indispensáveis ao seu cumprimento;

**III** – Exigir o fiel cumprimento do objeto contratado, adotando as providências cabíveis quando o fornecimento não atender às condições, prazos e especificações estabelecidas, inclusive com aplicação de sanções, quando couber;

**IV** – Designar formalmente servidor ou comissão responsável pelo acompanhamento, fiscalização e recebimento do objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021;



- V – Receber, conferir e atestar os produtos fornecidos, verificando sua conformidade com as especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas;
- VI – Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer irregularidades constatadas na execução contratual, fixando prazo para regularização ou substituição dos itens, quando necessário;
- VII – Informar previamente os locais, prazos e condições de entrega dos produtos, conforme a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania;
- VIII – Zelar pela legalidade, transparência e regularidade dos atos administrativos relacionados à execução contratual;
- IX – Aplicar as penalidades previstas no edital, no contrato e na legislação vigente, nos casos de inadimplemento ou descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- X – Cumprir e fazer cumprir as demais disposições constantes no edital, Termo de Referência, contrato e legislação aplicável.

## 8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I – Fornecer o objeto contratado em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantidades, prazos e demais condições estabelecidas no edital, no Termo de Referência, no contrato e na proposta apresentada;
- II – Responsabilizar-se integralmente por todos os custos, encargos, tributos, taxas e demais despesas decorrentes do fornecimento, bem como pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais;
- III – Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas, apresentando, sempre que solicitado, a documentação comprobatória de regularidade;
- IV – Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, devendo as flores serem entregues em perfeitas condições de conservação, com frescor e aspecto apropriado, e os brindes em perfeito estado, devidamente acondicionados;
- V – Responsabilizar-se pela logística, transporte e entrega dos produtos nos locais indicados pela CONTRATANTE, dentro dos prazos estabelecidos, sem custos adicionais para a Administração;
- VI – Substituir, às suas expensas, no prazo fixado pela CONTRATANTE, os produtos que apresentarem defeitos, avarias ou estiverem em desacordo com as especificações exigidas;
- VII – Responder por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato;
- VIII – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto contratado, salvo mediante autorização formal da CONTRATANTE, nos termos do edital e do contrato;
- IX – Atender prontamente às solicitações da CONTRATANTE, prestando as informações necessárias ao acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

## 9. LEVANTAMENTO DO MERCADO.

- 9.1. Para fins de estimativa de custos e análise da solução mais adequada à Administração, foram realizadas pesquisas de preços junto a fornecedores da região e em banco de preços especializado em contratações públicas, observando-se as boas práticas de orçamentação e as orientações dos órgãos de controle.
- 9.2. As cotações obtidas junto a fornecedores locais foram analisadas, contudo não restou suficientemente demonstrada, em todos os itens pesquisados, a compatibilidade integral dos valores apresentados com a realidade comercial do mercado, razão pela qual, visando maior segurança técnica e confiabilidade na formação do preço estimado, adotaram-se como referência principal os valores constantes em banco de preços.
- 9.3. O levantamento considerou produtos com especificações equivalentes às descritas no Termo de Referência, garantindo a comparabilidade dos valores pesquisados e a adequação do orçamento estimado ao objeto pretendido.
- 9.4. A utilização de banco de preços confere maior amplitude à pesquisa mercadológica, por reunir dados de contratações públicas e valores praticados em diferentes fornecedores e regiões, reduzindo riscos de distorções e fortalecendo a justificativa do valor estimado.
- 9.5. Os valores apurados servirão de base para a definição do valor estimado da contratação, sendo utilizados exclusivamente para fins de planejamento e orçamentação, não constituindo compromisso da Administração quanto à contratação pelos mesmos valores.
- 9.6. O levantamento realizado demonstra a existência de oferta suficiente no mercado para atendimento da demanda pretendida, indicando a viabilidade técnica e econômica da contratação, bem como a adequação da solução proposta aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público.
- 9.7. A pesquisa de preços gerou expectativa de contratação no valor total de **R\$ 14.748,50 (quatorze mil, setecentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos)**.
- 9.8. Ressalta-se que o valor indicado serve como parâmetro para composição de preços, tendo como base a média extraída das pesquisas realizadas.
- 9.9. Todas as cotações, consultas, relatórios e demais documentos que fundamentaram o levantamento mercadológico encontram-se devidamente anexados aos autos do processo licitatório.

## 10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. A presente contratação será realizada por itens, considerando a natureza dos produtos a serem adquiridos, os quais possuem características distintas entre si, possibilitando a ampliação da competitividade e a participação de maior número de fornecedores no certame.
- 10.2. O parcelamento do objeto em itens mostra-se técnica e economicamente viável, não comprometendo a padronização, a qualidade ou a execução contratual, ao mesmo tempo em que favorece a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.
- 10.3. Ressalta-se que o fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, mediante emissão de Autorização de Fornecimento, permitindo maior controle, planejamento e adequação das aquisições às necessidades verificadas durante a vigência contratual.



## 11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTE

11.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

## 12. RESULTADOS PRETENDIDOS.

12.1. Assegurar o adequado suporte material às ações, campanhas, eventos socioassistenciais e institucionais promovidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, garantindo condições para sua regular execução.

12.2. Promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o acolhimento e a participação dos usuários nas atividades desenvolvidas, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade social atendidos pelo CRAS e inscritos no CadÚnico, em consonância com as diretrizes do SUAS.

12.3. Garantir a adequada realização de conferências, encontros e demais eventos relacionados às políticas públicas da mulher, da criança e adolescente, da pessoa idosa e da pessoa com deficiência, assegurando a efetividade das ações institucionais e a participação social.

12.4. Assegurar a aquisição de bens com qualidade adequada e preços compatíveis com o mercado, observando os princípios da economicidade, eficiência, razoabilidade e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

12.5. Como resultado institucional, pretende-se fortalecer a execução das políticas públicas no âmbito da assistência social, ampliando o alcance das ações, a inclusão social e a efetividade dos serviços prestados à população.

## 13. PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.

13.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração deverá adotar as providências necessárias para assegurar a legalidade, regularidade e adequada execução do objeto, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

13.2. Deverá ser verificada a existência de dotação orçamentária suficiente para fazer frente à despesa, com a respectiva reserva de recursos, observadas as normas de responsabilidade fiscal e a compatibilidade com o planejamento orçamentário vigente.

13.3. Deverá ser elaborado e aprovado o Termo de Referência, contendo a descrição do objeto, especificações técnicas, quantitativos estimados, condições de execução, prazos, critérios de recebimento e pagamento, bem como as obrigações das partes.

13.4. Realizado o procedimento licitatório, deverá ser verificada a habilitação do licitante vencedor, incluindo regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e demais requisitos exigidos no edital, assegurando a contratação de fornecedor apto à execução do objeto.

13.5. Antes da formalização do contrato ou instrumento equivalente, deverá ser designado gestor e fiscal do contrato, responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e controle da execução, nos termos da legislação vigente.

13.6. Deverá ser realizado o planejamento da execução contratual, incluindo cronograma de fornecimento e condições de entrega, de modo a garantir o atendimento tempestivo das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

13.7. Sempre que aplicável, deverão ser adotadas medidas de gestão de riscos, visando prevenir eventuais falhas na execução contratual e assegurar o atendimento do interesse público.

## 14. PRAZOS DE ENTREGA E EXECUÇÃO:

14.1. **Prazo de Entrega:** Os itens deverão ser entregues no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados do envio da Autorização de Fornecimento ou solicitação formal encaminhada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, por meio do e-mail [licitacaoesmasclm@gmail.com](mailto:licitacaoesmasclm@gmail.com).

14.2. **Forma de Solicitação:** O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme a demanda da Secretaria, podendo contemplar quantidades variáveis por solicitação, de acordo com o planejamento das ações, eventos e campanhas a serem realizados.

14.3. **Local de Entrega:** Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, localizada na Travessa José Magnabosco, nº 486, Centro, CEP 85790-000, Capitão Leônidas Marques/PR.

Telefone: (45) 3286-8436.

Horário de recebimento: das 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

14.4. **Condições de Entrega:** As flores deverão ser entregues em perfeitas condições de conservação, com qualidade e aspecto adequados para uso imediato, devidamente acondicionadas para evitar danos. Os brindes deverão ser entregues em perfeito estado, devidamente embalados, garantindo sua integridade.

14.5. **Justificativa do Prazo:** O prazo estabelecido mostra-se razoável e suficiente para atendimento das solicitações da Secretaria, considerando a necessidade de planejamento prévio das ações, eventos e campanhas, sendo essencial seu cumprimento para não comprometer a execução das atividades e o interesse público.

## 15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

15.1. Considerando a natureza do objeto, os principais impactos ambientais potenciais estão relacionados ao uso de matérias-primas, geração de resíduos e logística de transporte.

15.2. A contratada deverá observar, no que couber, critérios de sustentabilidade ambiental, adotando boas práticas que minimizem impactos, tais como:

- utilização de embalagens adequadas, preferencialmente recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis;
- redução da geração de resíduos e destinação ambientalmente adequada dos materiais gerados;
- racionalização do uso de materiais e insumos no processo de fornecimento;
- adoção de práticas que reduzam impactos decorrentes do transporte e da logística;
- fornecimento de produtos com origem regular e, quando possível, provenientes de fontes sustentáveis.

15.3. No caso específico das flores, recomenda-se que sejam provenientes de fornecedores que adotem práticas regulares de cultivo, observando a legislação ambiental aplicável.

15.4. A Administração poderá priorizar, quando viável e vantajoso, fornecedores locais ou regionais, como forma de reduzir impactos logísticos e fomentar o desenvolvimento econômico sustentável.



# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

**15.5.** As medidas acima visam compatibilizar a contratação com os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, previstos na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da competitividade e da economicidade do certame.

## **16. MATRIZ DE RISCOS**

### **16.1. Risco 01: Licitação deserta ou fracassada**

**Probabilidade:** Baixa

**Impacto:** Alto

**Ação Preventiva:** Ampla divulgação do edital, observando o princípio da publicidade, com utilização de meios eletrônicos oficiais e plataforma de pregão eletrônico, bem como elaboração de estimativa de preços compatível com o mercado, baseada em pesquisa atualizada.

**Ação de Contingência:** Revisão das condições do edital, especialmente quanto às especificações técnicas e valores estimados, com posterior republicação do certame.

### **16.2. Risco 02: Atraso na entrega dos itens**

**Probabilidade:** Média

**Impacto:** Alto

**Ação Preventiva:** Estabelecimento de prazos de entrega adequados e compatíveis com o mercado, além de planejamento prévio das demandas pela Secretaria.

**Ação de Contingência:** Aplicação das penalidades previstas no edital e no contrato, bem como notificação da contratada para entrega imediata ou adoção das medidas cabíveis, a fim de não comprometer a realização das ações e eventos.

### **16.3. Risco 03: Fornecimento de produtos em desconformidade com as especificações**

**Probabilidade:** Baixa

**Impacto:** Alto

**Ação Preventiva:** Definição clara e objetiva das especificações técnicas no Termo de Referência, bem como conferência rigorosa dos itens no ato do recebimento.

**Ação de Contingência:** Recusa do recebimento e exigência de substituição imediata dos produtos em desacordo, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

## **17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

**17.1.** Diante das informações constantes neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida é viável sob os aspectos técnico, operacional, econômico e ambiental, sendo adequada ao atendimento da necessidade pública identificada.

**17.2.** A solução proposta mostra-se compatível com as práticas de mercado, passível de execução por fornecedores do ramo e alinhada às diretrizes da Política de Assistência Social e ao planejamento da Administração Municipal.

**17.3.** Verifica-se que a contratação atende aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, interesse público e planejamento, nos termos da Lei nº 14.133/2021, não havendo indícios de restrição indevida à competitividade ou fracionamento irregular do objeto.

**17.4.** Há previsão de recursos orçamentários para a contratação, bem como viabilidade de execução nos termos propostos.

**17.5.** Diante do exposto, declara-se a viabilidade da contratação, recomendando-se o prosseguimento do feito com a elaboração do Termo de Referência e demais atos administrativos necessários

## **18. ANEXOS**

**I - Termo de Referência;**

**II - Pesquisas de Preços.**

## **19. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ETP**

Kauany Damiano Gomes  
*Agente de Administração*



## ANEXO II

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2026.**

## MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

**(Uso obrigatório por todas as licitantes)**

**(Preferencialmente em papel timbrado da licitante)**

A empresa ....., estabelecida na (endereço completo, telefone, endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº ..... neste ato representada por ....., cargo, RG/CPF (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº .../... em epígrafe que tem por objeto a aquisição de xxx conforme segue:

**1. Discriminação detalhada do objeto, atendendo as características arroladas, bem como marca/modelo (se houver):**

**1.1. Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do TERMO DE REFERÊNCIA do Edital, prevalecerá a descrição constante no Termo de Referência/Anexo I.**

**2. Preço para fornecimento do objeto da presente licitação (unitário e total devidamente especificados), com até duas casas decimais (0,00).**

2.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$0,01(um centavo)** para os itens nº 2, 3, 4 e 8; de **R\$0,02(dois centavos)** para os itens nº 1, 5, 6 e 7; e de **R\$0,10(dez centavos)** para os itens nº 9, 10 e 11.

**3. Prazo de validade da Proposta não inferior a 60 (SESENTA) dias, contados da data da abertura do Processo.**

#### 4. Prazo de entrega do objeto.

**5. Data, Carimbo e assinatura do Representante Legal da proponente.**

**DECLARAÇÕES:**

A - A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

B - A proponente declara que os produtos, estão devidamente registrados no órgão competente e atendem às normas de controle de qualidade.

C - A proponente declara que o preço proposto contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), incidentes sobre o objeto deste certame.

D - A proponente declara estar ciente que prevalecerá a descrição do objeto do TERMO DE REFERÊNCIA do Edital, caso haja discordância com a do CATMAT.

Caso haja dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas por e-mail [licitacao@clm.pr.gov.br](mailto:licitacao@clm.pr.gov.br) e/ou telefone na CPL fones: 3286-8424/8407, em horário de expediente (07:45 às 11:45 e 13:30 às 17:30).

....., de ..... de 2026.

**Nome/ cargo / assinatura do Representante Legal**



# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

## ANEXO III

### DECLARAÇÕES UNIFICADAS

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2026.

PROPONENTE.....

ENDEREÇO: .....

CNPJ/MF: ..... FONE: (0xx.....)

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório instaurado pela Prefeitura do Município de Capitão Leônidas Marques, que:

- a) **Não fomos declarados inidôneos** para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.
- b) Estamos cientes e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
- c) Não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#).
- d) Não possuímos empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).
- e) **Não possuímos pessoas em nosso quadro societário (contrato social, estatuto social), impedidas de contratar com o Município de Capitão Leônidas Marques-PR** nos termos do artigo 130 da Lei Orgânica c/c com o artigo 14 da Lei 14.133/21 e PREJULGADO nº 9 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
- f) Cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) Estamos sob o **regime de microempresa ou empresa de pequeno porte**, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. **SIM ( ) NÃO ( ).**

....., ..... de ..... de 2026.

-----  
Assinatura e Identificação do Responsável Legal e da Empresa  
RG/CPF:



# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

## ANEXO IV

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2026.**

### DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO

#### 1 – DA EMPRESA PROPONENTE:

Nome empresarial \_\_\_\_\_

Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_

Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_

CNPJ nº \_\_\_\_\_

Conta Corrente nº \_\_\_\_\_ Agência \_\_\_\_\_ Banco \_\_\_\_\_

Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_ Inscrição Municipal/ISS (alvará) nº \_\_\_\_\_

Telefone \_\_\_\_\_ Fax \_\_\_\_\_

Contador da empresa \_\_\_\_\_ Telefone \_\_\_\_\_

#### 2 - DO REPRESENTANTE LEGAL AUTORIZADO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome \_\_\_\_\_

Função \_\_\_\_\_

Data de Nascimento \_\_\_\_\_ Estado Civil \_\_\_\_\_

Escolaridade \_\_\_\_\_ RG nº \_\_\_\_\_ Órgão emissor \_\_\_\_\_

CPF \_\_\_\_\_

Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_ Complemento \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_

Estado \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_ Telefone \_\_\_\_\_

Fax \_\_\_\_\_ Celular \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_

Local e data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_/2026.

**Assinatura e Identificação do  
Responsável Legal e da Empresa**



# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

## ANEXO V

### **CONTRATO DE xxxxxxxxxxxx N.º XXX/2026.**

**Ref. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2026.**

**CONTRATANTE:** **MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **MAXWELL SCAPINI**, em pleno exercício de seu mandato e funções, e;

**CONTRATADA:** xxxxxxxxxxxx sita xxxxxxxx, xx, xxxxx, Município de xxxxxxxx, Estado xxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob n.º xxxxxxxxxxxx, neste ato devidamente representada por xxxxxxxxxxxx, portadora do CPF sob n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

- Pactuam o presente contrato, que se regerá pelo que dispõe o Edital em consideração, em conformidade com as disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais legislação aplicável, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

- Ficam integrados a este Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA: O Edital da Licitação; O Termo de Referência; O Estudo Técnico Preliminar, A Proposta do contratado; Eventuais anexos dos documentos supracitados.

- Será incorporada a este contrato, mediante TERMOS ADITIVOS, qualquer modificação, que venha a ser necessária durante a sua vigência, decorrente das obrigações assumidas pela CONTRATADA, alterações, especificações, prazos ou normas gerais da CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** O presente Termo tem como objeto a aquisição de flores e brindes, destinados à utilização em eventos, campanhas e ações promovidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania. Os itens serão utilizados em atividades voltadas aos usuários atendidos pelo CRAS e inscritos no CadÚnico, bem como em eventos institucionais, como conferências e ações relacionadas às políticas públicas da mulher, da criança e adolescente, da pessoa idosa e da pessoa com deficiência. A contratação visa apoiar as ações socioassistenciais e institucionais, promovendo a inclusão social, o fortalecimento de vínculos e a participação dos usuários, em conformidade com as Leis Municipais nº 2.059/2014 e nº 2.259/2017, em atendimento a solicitação nº 134/2026 e conforme especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**2.1.** Fica ajustado o valor total do presente Contrato em R\$ xxxxxxxx, para o fornecimento dos itens n.º xxxxxxxxxxxx.

**2.1.1.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes do fornecimento do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **2.2. REAJUSTE:**

**2.2.1.** Durante a vigência do Contrato, os valores registrados não serão reajustados.

**2.2.2.** Somente poderá haver reajuste após 12 (doze) meses da assinatura do contrato e /ou do último ajuste;

**2.2.3. No caso de haver prorrogação de prazo, após doze meses, o reajuste poderá ser efetuado de acordo com as variações do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.**

**2.2.4.** Compete a Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pela Contratante, juntando-se o respectivo memorial de cálculo do reajuste.

**2.2.5.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, e que possa ser aplicado ao objeto.

#### **2.3. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:**

**2.3.1.** Para o restabelecimento da equação, deve a Contratada **DEMONSTRAR** a ocorrência das hipóteses que condicionam o pedido de ajuste, mediante protocolo, acompanhado de documentação idônea.

**2.3.2.** Não será liberado reequilíbrio econômico financeiro **decorrentes de inflação**, que não configurem área econômica extraordinária, **tampouco fato previsível**.

**2.3.3.** Os pedidos de reequilíbrio econômico financeiro de valores deverão ser encaminhados no e-mail [compras@clm.pr.gov.br](mailto:compras@clm.pr.gov.br).

**2.3.4.** Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE ENTREGA/FORMA DE FORNECIMENTO**

#### **3.1. Prazo de entrega:**

**3.1.1.** Os itens (flores e brindes) deverão ser entregues no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do envio da Autorização de Fornecimento, encaminhada pela Secretaria Municipal competente por meio do e-mail oficial [licitacaoosemasclm@gmail.com](mailto:licitacaoosemasclm@gmail.com).

**3.1.2.** As entregas poderão ocorrer em quantidades variáveis, conforme a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, durante toda a vigência contratual.





# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

## 3.2. Local e condições de entrega:

**3.2.1.** Os itens deverão ser entregues no endereço indicado pela CONTRATANTE, podendo este ser previamente informado na Autorização de Fornecimento.

a. Os produtos deverão estar devidamente acondicionados em embalagens adequadas, resistentes e compatíveis com sua natureza, garantindo sua integridade durante o transporte.

b. As flores deverão ser entregues em perfeitas condições de conservação, com frescor e qualidade adequados para uso imediato, devidamente protegidas contra danos.

c. Os brindes deverão ser entregues em perfeito estado, sem avarias, com a devida personalização conforme especificado, sem qualquer ônus adicional à Administração.

## 3.3. Prazo para substituição de bens rejeitados:

**3.3.1.** Na hipótese de rejeição total ou parcial dos produtos entregues, a CONTRATADA deverá providenciar a substituição no prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos**, contados da comunicação formal, sem custos adicionais para a Administração.

## 3.4. Prazo de recebimento definitivo:

**3.4.1.** O recebimento definitivo do objeto ocorrerá no prazo de até **05 (cinco) dias corridos**, contados da entrega, após verificação da conformidade dos produtos com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

## 3.5. Local, horário e endereço de entrega

Secretaria de Assistência Social e Cidadania, localizado na Avenida: Travessa José Magnabosco, 486 Centro – 85790-007  
Capitão Leônidas Marques  
Horários: 8:00 às 11:30/13:30 às 17:00 horas.

## CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DA COMPENSAÇÃO E PENALIZAÇÃO

**4.1.** O Município de Capitão Leônidas Marques-PR, se compromete a efetuar o pagamento, conforme a entrega, em até 30 (trinta) dias de apresentação de nota fiscal no Departamento de Compras Municipal, identificada com o número da licitação e do contrato de fornecimento através de depósito bancário (Conta Jurídica).

A nota fiscal, deverá estar acompanhada das certidões negativas do FGTS, Trabalhista, Municipal e Federal "Unificada", devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento;

A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Município de Capitão Leônidas Marques, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.208.834/0001-59, com sede no Paço Municipal Arnaldo F. Busato, situado na Av. Tancredo Neves, 502, Centro.

A Contratada deverá encaminhar junto à Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta jurídica a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

A ser enviada física e por e-mail ([compras2@clm.pr.gov.br](mailto:compras2@clm.pr.gov.br)).

4.1.1.A Retenção do Imposto de Renda ocorrerá na fonte, conforme NATUREZA DO BEM FORNECIDO OU DO SERVIÇO PRESTADO em atendimento a L.N nº 1234/2012 e L.N 2145/2023 e demais informações e obrigações instituídas por atos normativos – RFB- Receita Federal do Brasil (**Art. 4º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023**);

4.1.2.Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir os documentos fiscais em observância as regras dispostas na Instrução Normativa nº 1.234, de 2012 e suas alterações, da Receita Federal do Brasil, **destacando o valor a ser retido**, a título de informação, sob pena de não aceitação do documento apresentado; (**Art. 3º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023**)

§ 1º - Documentos fiscais que não estiverem em conformidade com disposto na Instrução Normativa nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012 e alterações, serão notificados, não ocorrendo as devidas correções, fica autorizado a retenção automática, com base nos anexos que integram a L.N 1234/2012 e alterações.

4.1.3.As pessoas jurídicas não sujeitas as retenções conforme artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2145/2023 e demais Instruções complementares da RFB **deverão informar conforme os critérios de enquadramentos. (Art. 2º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023)**

4.1.4.O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

**4.2.**Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituída pela Lei Complementar 123/2006, deverá apresentar cópia autenticada do “Termo de Opção pelo Simples”, juntamente com a nota fiscal ou fatura. Não sendo optante, será efetuada a retenção na forma da Instrução Normativa IN RFB nº 1.234/2012 (e suas alterações, incluindo a IN RFB nº 2.145/2023).

**4.3.**Havendo atraso de pagamento dos créditos resultantes da prestação dos serviços, será acrescido ao valor da respectiva Nota Fiscal, o equivalente 0,1% (zero um por cento) por dia útil de atraso.

## CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**5.1.** As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal:

\* 437 – 10.003.08.245.1031.2188.3.3.90.32.00;

\* 443 – 10.004.08.241.1032.2194.3.3.90.32.00.



## **CLÁUSULA SEXTA – ATRIBUIÇÕES GERAIS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**6.1.** Atender a todas as solicitações de fornecimento efetuadas durante a vigência do Contrato, observados os quantitativos máximos previstos para cada item;

**6.2.** Fornecer o objeto de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com as normas legais vigentes, observando, especialmente:

**6.2.1. Pontualidade na entrega:** responsabilizar-se integralmente pela entrega dos produtos nos prazos e horários estabelecidos neste Termo de Referência, devendo eventuais atrasos ser comunicados imediatamente à CONTRATANTE, acompanhados de justificativa formal e indicação das medidas corretivas adotadas;

**6.2.2. Descarregamento adequado:** realizar o descarregamento dos itens no local designado pela CONTRATANTE, de forma eficiente e segura, assegurando a integridade das embalagens e dos produtos nelas contidos;

**6.3.** Responsabilizar-se pela boa execução, qualidade e eficiência no fornecimento do objeto contratado;

**6.4.** Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos em que se verifiquem danos decorrentes do transporte ou do fornecimento em desacordo com as especificações;

**6.5.** Providenciar a imediata correção das irregularidades ou deficiências apontadas pela CONTRATANTE quando da entrega dos produtos;

**6.6.** Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos produtos fornecidos, bem como amostras para análise da Administração, sem qualquer ônus adicional;

**6.7.** Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do Contrato;

**6.8.** Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;

**6.9.** Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, causados à Administração ou a terceiros, por seus empregados ou prepostos, decorrentes de imperícia, negligência, imprudência ou descumprimento das normas de segurança;

**6.10.** Arcar com todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratado, inclusive aquelas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista, civil ou quaisquer outros encargos e emolumentos incidentes;

**6.11.** Ainda que não seja a fabricante da matéria-prima utilizada, responder integral e solidariamente pela qualidade e idoneidade dos produtos fornecidos, obrigando-se a substituí-los, às suas expensas, no todo ou em parte, quando constatados vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da fabricação ou do transporte, inclusive mediante análise laboratorial;

**6.12.** Manter endereço eletrônico (e-mail) válido e ativo para fins de comunicação com a CONTRATANTE durante todo o período de vigência contratual, comunicando imediatamente qualquer alteração;

**6.13.** Possuir sede no Município, em razão da demanda contínua de abastecimento e do princípio da economicidade, visando à minimização dos gastos públicos, uma vez que o fornecimento por empresas sediadas em outros municípios poderia gerar custos adicionais com deslocamento;

**6.14.** Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, observando rigorosamente a legislação vigente, as exigências contratuais, as especificações técnicas e demais disposições constantes deste Termo de Referência;

**6.15.** Cumprir e fazer cumprir, quando aplicável, por seus empregados e prepostos, as normas e orientações da CONTRATANTE;

**6.16.** Acatar as determinações, orientações e observações expedidas pela fiscalização da CONTRATANTE relativas à execução do objeto;

**6.17.** Não transferir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, salvo nas hipóteses expressamente previstas no instrumento convocatório;

**6.18.** Adotar, imediatamente após o recebimento da autorização para início da execução contratual, todas as providências necessárias ao cumprimento do avençado, comunicando tempestivamente qualquer fato que possa impedir ou comprometer o fornecimento;

**6.19.** Assumir inteira responsabilidade por todas as obrigações sociais, fundiárias, previdenciárias, tributárias ou de qualquer outra natureza, que decorram direta ou indiretamente do fornecimento do objeto contratado.



## **CLÁUSULA SETIMA - ATRIBUIÇÕES GERAIS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

**7.1.** Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do fornecimento e/ou da prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, registrando em documento próprio eventuais falhas identificadas e determinando a adoção das medidas corretivas necessárias;

**7.2.** Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e no Contrato;

**7.3.** Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com as condições, prazos e forma de pagamento estipulados no instrumento convocatório e no Contrato;

**7.4.** Zelar para que, durante toda a vigência do Contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

**7.5.** Aplicar as sanções administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente, do Edital e do Contrato, quando constatadas irregularidades;

**7.6.** Prestar à Contratada as informações e os esclarecimentos necessários à adequada execução do objeto, sempre que solicitados;

**7.7.** Cumprir e fazer cumprir as demais condições, obrigações e disposições constantes do Edital de licitação, do Termo de Referência e do Contrato.

## **CLÁUSULA OITAVA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**8.1.** O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a partir da data do contrato com base no Capítulo V da Lei nº 14.133/2021.

**8.2.** Eventual prorrogação de vigência será formalizada através de Termo de Aditivo Contratual, respeitadas as condições prescritas em lei.

**8.3.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de idoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **CLÁUSULA NONA - DAS CAUSAS DE EXTINÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO**

**9.1.** Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no Art. 137 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021 e demais pertinentes a espécie.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**10.1.** A recusa do adjudicatário em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido no instrumento convocatório, bem como, o atraso na entrega do produto, caracterizará o descumprimento da obrigação assumida e permitirá, de conformidade com a legislação em vigor a aplicação das seguintes sanções pela Administração Municipal, garantido a prévia defesa:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Município de Capitão Leônidas Marques;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

**10.1.1.** A multa prevista acima será de 20% (vinte por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

**10.1.2.** Quanto à suspensão temporária ou impedimento de licitar previsto acima será a seguinte: - A sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**10.1.3.** A Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar acima será a seguinte: - A sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 156 da referida lei, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**11.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES**

**12.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



**12.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**12.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

**13.1.** Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**13.2.** Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**14.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**14.2.** A Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania irá acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e as obrigações da contratada, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato.

**14.3.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade no serviço prestado.

**14.4.** Fica designado como Fiscal do Contrato, Ana Paula Neves Capeleti, que irá acompanhar ou fiscalizar a execução do Contrato e as obrigações da Contratada, e poderá solicitar correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, deverão ser sanadas no prazo estipulado, sob pena de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas.

**14.5.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**14.6.** Durante a vigência, esta contratação terá como gestor do contrato, Paula de Borba Julião, Secretária de Assistência Social e Cidadania, à qual compete administrar todo o contrato desde a sua assinatura até o encerramento com a entrega dos serviços e devido pagamento.

#### **Gestor:**

Nome: Paula de Borba Julião
Cargo: Secretária de Assistência Social e Cidadania
Matrícula: 124327-1
E-mail: <a href="mailto:licitacaoemasclm@gmail.com">licitacaoemasclm@gmail.com</a>

#### **Fiscal:**

Nome: Ana Paula Neves Capeleti
Cargo: Agente de Administração
Matrícula: 124301-1
E-mail: <a href="mailto:licitacaoemasclm@gmail.com">licitacaoemasclm@gmail.com</a>





# Município de Capitão Leônidas Marques

Estado do Paraná

CNPJ 76.208.834/0001-59

Fone: (45) 3286-8400 - Site: [www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br](http://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br) - E-mail: [pmcalema@caplmarques.com.br](mailto:pmcalema@caplmarques.com.br)

CEP: 85790-000 - AV: Tancredo Neves, 502 - Capitão Leônidas Marques - Paraná

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**15.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

**16.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – FORO**

**17.1.** Para a solução de qualquer controvérsia oriunda do presente contrato e que não seja dirimida por acordo, as partes se submetem, incondicional e irrevogavelmente, ao foro da cidade de Capitão Leônidas Marques - PR.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, lavra-se o presente termo em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Local e data,        de        de 2026.

**ASSINAM:**

**CONTRATANTE**

**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**